

# CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA EM MINAS GERAIS: ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA DINÂMICA DEMOGRÁFICA E RECLASSIFICAÇÃO RACIAL A PARTIR DOS DADOS CENSITÁRIOS DE 1991-2000

*Growth of indigenous population in Minas Gerais: analysis of the influence of demographic dynamics and racial-ethnic reclassification, using census data from 1991-2000*

Artigo Original

## RESUMO

**Objetivo:** Analisar como a dinâmica demográfica e a reclassificação racial podem ter contribuído para o crescimento da população indígena residente em Minas Gerais no período entre 1991 e 2000. **Métodos:** Trabalho de natureza epidemiológica com a utilização de dados secundários provenientes dos Censos Demográficos do período de 1991 a 2000. O impacto de crescimento foi evidenciado a partir dos cálculos do impacto do crescimento vegetativo, da migração e reclassificação racial nesse incremento. **Resultados:** Observou-se uma taxa de crescimento da população autodeclarada indígena de 26% ao ano, com aumento de 800% no número de indígenas, evidenciada a partir de migração de população parda para indígena. O processo migratório para o estado elevou em 2,7% a população estudada e houve incremento no processo de urbanização de 66% para 78%. **Conclusão:** Os resultados mostram que em Minas Gerais a dinâmica demográfica tem pouca influência no aumento observado da população indígena e que a reclassificação racial é a principal razão na explicação para esse fenômeno.

**Descritores:** Índios sul-americanos; Distribuição por Raça ou Etnia; Demografia.

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze how demographic dynamics and racial-ethnic reclassification may have contributed to the growth of indigenous population residing in Minas Gerais in the period between 1991 and 2000. **Methods:** An epidemiological study using secondary data from Demographic Censuses from the period of 1991 to 2000. The impact of the increase was determined by the calculation of vegetative growth, migration and racial-ethnic reclassification within this increment. **Results:** There was a growth rate of the self-declared indigenous population of 26% per year, with an increase of 800% in the number of indigenous people. This was evidenced from the migration of mulatto population to indigenous. The migratory process to the state increased in 2.7% the studied population and there was an increment in the urbanization process from 66% to 78%. **Conclusion:** The results show that in Minas Gerais population dynamics has little influence in indigenous population growth and racial-ethnic reclassification is the main reason for explaining this phenomenon.

**Descriptors:** Indians, South American; Race or Ethnic Group Distribution; Demography.

Cláudio Santiago Dias Júnior<sup>(1)</sup>  
Ana Paula de Andrade Verona<sup>(2)</sup>  
João Luiz Pena<sup>(1)</sup>  
George Luiz Lins Machado-Coelho<sup>(3)</sup>

- 1) Universidade Federal de Minas Gerais
- 2) Population Research Center/Department of Sociology, The University of Texas at Austin.
- 3) Departamento de Ciências Médicas da Universidade Federal de Ouro Preto

Recebido em: 07/01/2009

Revisado em: 16/03/2009

Aceito em: 23/07/2009

## INTRODUÇÃO

O crescimento da população indígena revelado pelos dados do censo demográfico 2000 é um importante fenômeno social que ainda é pouco estudado pelos demógrafos brasileiros<sup>(1-3)</sup>. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no período entre 1991 e 2000, a população indígena brasileira cresceu ao ritmo de 10,8% ao ano, ao passo que a população brasileira como um todo, apresentou um crescimento de 1,6%<sup>(4)</sup>.

Algumas suposições que buscam explicar esse fenômeno defendem a idéia de que o crescimento observado entre a população indígena não seria possível apenas com aumento da fecundidade e declínio da mortalidade<sup>(4-6)</sup>. Segundo estes trabalhos, seriam necessários, dentre outros aspectos, um grande fluxo migratório e/ou um aumento da autodeclaração indígena para se observar taxas de crescimento populacional tão elevadas. O aumento da autodeclaração necessariamente reflete uma reclassificação racial por parte de indivíduos que em 1991 se declararam pertencentes a uma categoria racial e em 2000 a outra. Se esta mudança é verificada, é importante saber a sua magnitude e as motivações que a levaram a acontecer.

Dado o rápido crescimento da população indígena no Brasil, o objetivo deste artigo é analisar como ocorreu esse crescimento entre os indígenas residentes em Minas Gerais na década de noventa. Este estudo procura contribuir para o entendimento sobre os possíveis impactos da dinâmica demográfica e da reclassificação racial nesse fenômeno. A escolha de Minas Gerais se deve ao fato deste estado abrigar o quinto maior contingente indígena do Brasil em 2000<sup>(4)</sup>, e da necessidade de expandir os estudos sobre a população indígena para além da Amazônia Legal<sup>(7)</sup>.

## MÉTODOS

Este artigo utiliza informações da população indígena que estejam disponíveis no banco de dados da amostra dos censos demográficos de 1991 e 2000. O termo 'indígena' empregado aqui se refere às pessoas que se autodeclararam como tal nos censos demográficos. Esta autodeclaração não significa que os indivíduos pertençam a um povo indígena específico<sup>(3)</sup>.

O incremento da população indígena foi primeiramente analisado a partir das taxas de crescimento anual, das taxas de fecundidade total (TFT) de período (observada em 1991 e 2000) e coorte (observada entre as mulheres com fecundidade completa em 1991 e 2000), e da porcentagem de indígenas que nasceram em municípios mineiros e que nunca emigraram. Estes cálculos foram realizados para a população indígena total, urbana, rural e rural específico (áreas onde existem Terras Indígenas - TIs).

Para a realização dos cálculos do rural específico em 1991 e 2000, foram considerados os municípios que possuíam TIs em 2000<sup>(4,6)</sup>. Como os municípios de São João das Missões e Santa Helena de Minas foram criados em 1995, os cálculos do rural específico de 1991 consideraram os municípios Itacarambi e Bertópolis. Esses municípios foram desmembrados, originando, respectivamente, São João das Missões e Santa Helena de Minas.

Em um segundo momento, foram mensurados, separadamente, o impacto do crescimento vegetativo, do saldo migratório e da autodeclaração no aumento populacional observado entre os indígenas na década de noventa. Para realizar essa mensuração, foi utilizada a metodologia proposta por Perz, Warren e Kennedy<sup>(5)</sup>.

### Crescimento Anual

As taxas de crescimento anual foram calculadas a partir da seguinte equação (1)<sup>8</sup>:

$$Q_n = Q_o(1+r)^t \quad (1)$$

Onde:

$Q_n$  é a população no instante n;

$Q_o$  é a população inicial, no instante o;

r é a taxa de crescimento por unidade de tempo;

t é o período, em unidades de tempo, decorrido entre o e n.

O r da equação (1) foi calculado da seguinte maneira (2)<sup>8</sup>:

$$r = \text{anti log} \frac{\log \frac{Q_n}{Q_o}}{t} - 1 \quad (2)$$

### Fecundidade

Para mensurar a TFT de período foi calculada, primeiramente, a taxa específica de fecundidade (TEF), utilizando dados das mulheres entre 15 e 49 anos, separadas em grupos quinquenais<sup>(8)</sup>. O cálculo da TEF é demonstrado na fórmula (3):

$$TEF_x = \frac{N_x}{M_x} \quad (3)$$

Onde:

$N_x$  = Nascimentos no ano de referência para mulheres no grupo etário x;

$M_x$  = Total de mulheres no grupo etário x no meio do ano de referência.

Em seguida, somamos as TEFs e multiplicamos por cinco, que é o equivalente em anos de cada grupo etário<sup>8</sup>. Para realizar esses cálculos foi aplicada a fórmula (4):

$$TFT = \sum TEF * 5 \quad (4)$$

Para calcular a TFT de coorte foi empregado o método demográfico de estimativa da fecundidade, chamado Razão de Progressão por Parturição (*Parity Progression Ratio*) - RPP<sup>(9,10)</sup>. A RPP é a probabilidade de se ter um filho de ordem  $x+1$ , dado que se tenha um filho de ordem  $x$ . Este método estima a fecundidade e o seu padrão a partir da informação de parturição de uma determinada coorte de mulheres. Geralmente a RPP é utilizada em coortes que já encerraram a vida reprodutiva, isto é, coortes de mulheres com 50 anos e mais de idade. Portanto, uma característica desta medida é que ela representa o comportamento reprodutivo passado da população.

A fórmula (5) apresenta o cálculo da TFT a partir do somatório das RPPs:

$$TFT = \frac{N_x}{M_x} = \frac{\sum_{x=1}^n N_x}{\sum_{x=0}^n M_x} = \sum_{x=1}^n RPP_{(0,x)} \quad (5)$$

Onde:

$N_x$  = número de nascimentos de parturição  $x$

$M_x$  = número de mulheres com parturição  $x$  (até parturição =  $n$ ).

*Cálculo do Impacto do crescimento vegetativo, migração e reclassificação*

Para a aplicação do exercício desenvolvido por Perz, Warren e Kennedy<sup>(5)</sup>, é necessário projetar o total esperado da população indígena de Minas Gerais em 2000, sem a influência de variáveis externas à dinâmica demográfica (como a reclassificação racial, por exemplo), e também calcular o saldo migratório do estado (subtração entre imigrantes e emigrantes).

Na projeção dessa população foi utilizada a taxa de crescimento anual de 2,1% calculada por Perz, Warren e Kennedy<sup>(5)</sup> para a população indígena residente na região Sudeste do Brasil entre 1991 e 2000. Para encontrar essa taxa os autores consideram variações na mortalidade e fecundidade da população indígena durante este período. Para estimar indiretamente a mortalidade, eles utilizaram razões de sobrevivência inter-censitárias empregando uma metodologia proposta por Carvalho, Wood e Andrade<sup>(11)</sup>. Já para estimar a fecundidade, Perz, Warren e Kennedy<sup>(5)</sup> calcularam as TEFs e TFTs da população indígena em 1991 e 2000.

O saldo migratório de Minas Gerais teve o seu cálculo a partir da variável presente no censo de 2000, que pergunta sobre o local de residência do indivíduo em 1995<sup>(12)</sup>. A partir dessa informação foi possível identificar o total de indígenas que imigrou para Minas Gerais entre 1995 e 2000 e o total que no mesmo período emigrou do estado. O saldo migratório foi então calculado para este quinquênio.

No entanto, como a população projetada utilizada neste artigo se refere ao período de 1991 a 2000, era necessário, também, calcular o saldo migratório para os anos entre 1991 e 1994. Para gerar este saldo foi assumido que a migração anual foi constante entre 1991 e 2000, o que permitiu usar um fator de inflação de 9/5 para extrapolar o intervalo de migração para nove anos<sup>(5)</sup>. Em outras palavras, o saldo migratório encontrado entre 1995 e 2000 foi dividido por 5 (gerando o saldo anual do período) e multiplicado por 9, que é o equivalente em anos entre 1991 e 2000.

Finalmente, por não ser possível calcular diretamente a reclassificação racial entre 1991 e 2000, esse efeito foi estimado indiretamente através da eliminação do impacto das componentes da dinâmica demográfica no crescimento da população indígena. Ou seja, este trabalho considerou como sendo o efeito da reclassificação racial a diferença residual entre o crescimento total da população e aquele atribuído à dinâmica demográfica<sup>(5)</sup>.

A seguir são apresentadas as fórmulas necessárias para o procedimento matemático utilizado na estimação dos impactos de crescimento vegetativo, saldo migratório e autodeclaração no crescimento observado entre os indígenas de Minas Gerais.

$$VPI = P_{00} - P_{91} \quad (6)$$

$$CV = P_{00p} - P_{91} \quad (7)$$

$$R = VPI - CV - SM \quad (8)$$

$$\alpha = \frac{CV}{VPI} * 100 \quad (9)$$

$$\beta = \frac{SM}{VPI} * 100 \quad (10)$$

$$\delta = \frac{R}{P_{00}} * 100 \quad (11)$$

Onde:

$P_{91}$  = População indígena observada em 1991

$P_{00}$  = População indígena observada em 2000

$P_{00p}$  = População indígena projetada para 2000

$VPI$  = Variação da população indígena entre 2000 e 1991

$CV$  = Crescimento vegetativo

$SM$  = Saldo migratório

$R$  = Contingente total de reclassificados

$\alpha$  = Impacto do crescimento vegetativo

$\beta$  = Impacto do saldo migratório

$\delta$  = Impacto da reclassificação

## RESULTADOS

Segundo a tabela I, a taxa de crescimento da população autodeclarada indígena em Minas Gerais, observada no período de 1991 e 2000, foi altíssima. Nas áreas urbanas o crescimento anual foi 8% maior, quando comparado com as áreas rurais. Em conjunto, a taxa de crescimento da população autodeclarada indígena em Minas Gerais foi de 26% ao ano, produzindo um aumento de quase 800% no número absoluto de autodeclarados indígenas em Minas Gerais no período analisado.

Tabela I - População autodeclarada indígena em Minas Gerais e taxa de crescimento anual, segundo situação do domicílio, (1991/2000)

Ítems	Total		Urbano		Rural		Rural específico	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
População total	6.118	48.720	4.039	37.752	2.079	10.968	1.025	5.719
Crescimento anual	26%		28%		20%		21%	

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991/2000

Os resultados da tabela I também indicam que a população indígena urbana aumentou seu peso no total da população indígena. O seu peso relativo passou de 66% em 1991 para 78% da população total indígena em 2000 (estimativa não mostrada). Esse aumento da urbanização está gerando uma concentração da população indígena de Minas Gerais na região metropolitana de Belo Horizonte e nas grandes cidades do estado, como Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora. A única exceção é São João das Missões, município com a segunda maior população autodeclarada indígena do estado e que acolhe a maior população indígena aldeada de Minas Gerais, os Xakriabá<sup>(13,14)</sup>.

A figura 1 apresenta as TFTs de período e de coorte das mulheres autodeclaradas indígenas em Minas Gerais, para o ano 2000, segundo situação de domicílio. A TFT de coorte representa o regime reprodutivo passado, já que é baseada nas informações de parturição de mulheres com 50 anos e mais, e a TFT de período representa o regime reprodutivo corrente. A figura 1 mostra que em 2000 a fecundidade de período, isto é, a fecundidade corrente, é substancialmente menor que a fecundidade de coorte. Esta comparação indica que a fecundidade entre as mulheres autodeclaradas indígenas em Minas Gerais está declinando. Esta diminuição pode ser observada tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

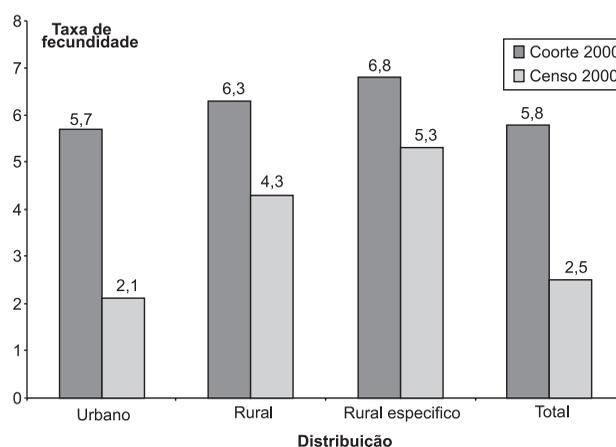


Figura 1 - Taxa de fecundidade total de período e coorte, das mulheres autodeclaradas indígenas em Minas Gerais (2000)

Embora haja evidências de declínio das TFTs das mulheres autodeclaradas indígenas em Minas Gerais, há de se destacar que entre as mulheres residentes nas áreas rurais, especialmente no rural específico – considerado uma *proxy* para TIs – as TFTs ainda apresentam um nível elevado em 2000. Esses resultados corroboram os encontrados em diversos estudos de caso de povos aldeados no norte do país, que mostram elevadas TFTs<sup>(15,16)</sup>, mas contradizem os resultados encontrados para os Krenak, de Minas Gerais<sup>(17)</sup>.

Um aspecto intrigante é o aumento da TFT de período entre 1991 e 2000. Este aumento não é esperado, podendo ser explicado, principalmente, pelo baixo número de casos registrados de autodeclarados indígenas em 1991 pelo IBGE. Esse reduzido número de casos pode gerar oscilações na TFT, tanto para cima quanto para baixo, não representando o comportamento médio da fecundidade<sup>(3)</sup>. Mesmo sabendo que os resultados da fecundidade de período utilizando os dados de 1991 possam estar afetados pelo baixo número de casos, as TFTs de período em 2000 e de coorte em 1991 e 2000 são boas estimativas do declínio da fecundidade entre as mulheres autodeclaradas indígenas, principalmente nas áreas urbanas.

A tabela II apresenta o número absoluto de indígenas que se declarou natural dos municípios de Minas Gerais e que também nunca migrou em 1991 e 2000, bem como a diferença entre esses anos, por situação de domicílio. Pode ser observado que entre estes anos ocorreu um aumento expressivo de indígenas naturais dos municípios e que nunca migraram, independentemente da situação do domicílio. Essa diferença muito provavelmente indica a presença de reclassificação racial entre o censo de 1991 e 2000, já que variações apenas na fecundidade e na mortalidade não seriam capazes de explicar este aumento<sup>(5,6)</sup>. Desta forma, os resultados na tabela II podem estar sugerindo que parte dos indivíduos que não se declarou indígena em 1991 em Minas Gerais, o fez em 2000.

Tabela II - Indivíduos autodeclarados indígenas, naturais do município recenseado e que nunca migraram, segundo local de residência, 1991/2000

Zona	1991	2000	Diferença (2000 – 1991)
Rural	1.598	9.580	7.982
Urbana	1.555	16.162	14.607
<b>Total</b>	<b>3.153</b>	<b>25.742</b>	<b>22.589</b>

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991/2000

Finalmente, a tabela III apresenta os resultados que medem o impacto do crescimento vegetativo, da migração e da autodeclaração no total da população indígena recenseada em Minas Gerais em 2000. Ela destaca o papel

Tabela III - Medidas do impacto da dinâmica demográfica e da autodeclaração no crescimento da população indígena de Minas Gerais - 1991/2000

	Medidas de impacto	Valores
1	População indígena 1991 (IBGE)	6.118
2	População indígena 2000 (IBGE)	48.720
3	Variação da população indígena 2000-1991 (2-1)	42.602
4	População indígena estimada 2000	7.376
5	Crescimento vegetativo da população indígena 2000-1991 (4-1)	1.258
6	% devido ao crescimento vegetativo [(5/3)*100]	3,0
7	Saldo migratório 2000-1991	1.152
8	% devida a migração [(7/3)*100]	2,7
9	Autodeclaração (3-5-7)	40.192
10	% autodeclaração [(9/2)*100]	82,5
11	% devida à autodeclaração [(9/3)*100]	94,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1991/2000

de cada um dos componentes considerados no aumento da população indígena entre 1991 e 2000 em Minas Gerais.

A tabela III mostra que o resultado da projeção para a população indígena em Minas Gerais em 2000 foi 7.376 indivíduos. Este número seria encontrado em 2000 caso a população observada em 1991 seguisse a trajetória sugerida pela projeção utilizada neste trabalho e caso não houvesse mudança na autodeclaração racial entre 1991 e 2000. Ao subtrair a população indígena observada em 1991 da população projetada para 2000, foi encontrado um total de 1.258 indivíduos, que seria o crescimento vegetativo da população. Este valor é equivalente a 3,0% do incremento total da população observado em 2000.

Para o mesmo período foi estimado o saldo migratório dos indígenas em Minas Gerais. A tabela III mostra que este saldo foi positivo (1.152), indicando que mais indivíduos entraram no estado do que saíram entre 1991 e 2000. Este total representa 2,7% do incremento total da população indígena no estado observado em 2000.

Após a eliminação dos componentes demográficos que poderiam afetar o crescimento populacional, foi estimado que 40.192 indivíduos se reclassificaram racialmente entre um censo e outro. Este contingente representa 82,5% da população autodeclarada indígena em Minas Gerais em 2000 e é responsável por 94,3% do aumento desta população no período analisado.

## DISCUSSÃO

O presente estudo mostra um impressionante crescimento dos autodeclarados indígenas em Minas Gerais entre 1991 e 2000. Ao se comparar com os dados do Brasil, os indígenas residentes em Minas Gerais apresentaram uma taxa de crescimento 6% maior<sup>(4,6)</sup>.

Outro ponto importante apresentado por este estudo é o alto grau de urbanização da população autodeclarada indígena em Minas Gerais no ano 2000. O percentual no estado é 25% maior que o encontrado para o Brasil<sup>(1,2,3,4,18)</sup>. Esta informação é importante porque, sendo o peso da população indígena urbana muito maior em Minas Gerais, é o seu comportamento demográfico que vai ditar os padrões observados<sup>(6)</sup>.

Em relação à fecundidade fica claro que as mulheres das coortes mais jovens estão tendo menos filhos, fato também observado em todo o Brasil<sup>(4,6)</sup>. As TFTs de período das mulheres indígenas residentes nas áreas urbanas de Minas Gerais em 2000 é praticamente a mesma encontrada entre as demais mulheres do estado. O mesmo não acontece com as mulheres domiciliadas nas áreas rurais, principalmente no rural específico. Entre esse grupo, a TFT de período é muito superior à encontrada para o estado de Minas Gerais em 2000<sup>(17)</sup>.

Outro achado deste artigo é o aumento expressivo observado entre 1991 e 2000 do número de indígenas natural do município e que nunca migrou. Este aumento, por si só, pode indicar uma intensa prática de reclassificação racial neste período<sup>(5)</sup>.

Finalmente, os resultados apresentados neste estudo mostram que o extraordinário crescimento populacional observado entre os indígenas residentes em Minas Gerais no período de 1991 e 2000 não foi resultado de um aumento da fecundidade, fenômeno que tem sido observado entre os indígenas aldeados<sup>(15,16,19)</sup>, nem resultado de um intenso processo migratório. O que este estudo evidencia é que o aumento da população indígena em Minas Gerais é fruto direto da reclassificação racial entre 1991 e 2000. Essas evidências estão confirmadas pelos resultados apresentados na Tabela 3. Segundo os cálculos realizados, do aumento populacional observado entre 1991 e 2000, 3,1% foi causado pelo crescimento vegetativo, 2,7% pelo saldo migratório positivo, e 94,2% pela reclassificação racial, valor este superior ao encontrado para o Brasil como um todo, que foi de 78.8%<sup>(5)</sup>.

## CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo são preliminares, mas evidenciam que o aumento dos autodeclarados indígenas detectado pelo IBGE é explicado principalmente pela reclassificação racial, ou seja, indivíduos que em 1991 optaram por uma categoria racial, como parda por exemplo, e em 2000 escolheram a opção indígena<sup>1,5,6</sup>. Infelizmente os dados usados neste trabalho não permitem saber as motivações do indivíduo ao se declarar indígena, sendo necessário, sem dúvida, estudos qualitativos e um aprimoramento das informações sobre os indígenas nos censos demográficos.

Este estudo termina deixando três questões: Está havendo um resgate por parte da população indígena de suas raízes? Os indivíduos que se declaram indígenas são realmente descendentes de alguma etnia? Passou a existir, depois de 1991, ganhos materiais, via alguma política pública, ao se declarar indígena?

## REFERÊNCIAS

1. Teixeira P. Migração e urbanização e características da população indígena do Brasil através da análise dos dados censitários de 1991 e 2000. In: Anais do III Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población. Córdoba, Argentina; 2008.
2. Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV (Organizadores.). Demografia dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p.11-32.
3. Pereira NOM, Santos RV, Azevedo MM. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos de 1991 e 2000. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV(Organizadores.). Demografia dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p.155-66.
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE; 2005.
5. Perz SG, Warren J, Kennedy DP Contributions of racial-ethnic reclassification and demographic processes to indigenous population resurgence. *Lat Amer Res Rev.* 2008;43(2):7-33.

6. Wong L, Morell MGG, Carvalho RL. Notas sobre o comportamento reprodutivo dos povos indígenas no período de 1991-2000. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu; 2006.
7. Coimbra Junior CEA, Garnelo L. Questões de saúde reprodutiva da mulher indígena no Brasil (documento de trabalho n.7). Porto velho: Universidade Federal de Rondônia; 2003.
8. Carvalho JAM, Sawyer DO, Rodrigues RN. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. Belo Horizonte: ABEP; 1998. 63p.
9. Preston S, Heuveline P, Guillot M. Demography: measuring and modeling population processes. Malden: Blackwell; 2001. 291p.
10. Newell C. Methods and models in demography. New York: The Guilford Press; 1988. 217 p.
11. Carvalho JAM, Wood CH, Drummond FC. Estimating the stability of census-based racial/ethnic classifications: the case of Brazil. *Population Studies*. 2004;58(3):331-43.
12. Rigotti, JIR. O uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu; 2000.
13. Campos MB, Campos TB, Monte-Mór RLM. A Questão da demografia indígena: o caso dos Xacriabá, no Norte de Minas. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu; 2006.
14. Pena JL. Perfil sanitário, indicadores demográficos e saúde ambiental após a implantação do Distrito Sanitário Especial Indígena: o caso dos Xacriabá em Minas Gerais [Dissertação]. Belo Horizonte: Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais; 2004.
15. Pagliaro H, Carvalho NS, Rodrigues D, Baruzzi RG. Demography Dynamics of the Suyá, a Jê People of the Xingu Park, Central Brazil, 1970-2004. *Cad Saúde Pública*. 2007;5(23):1071-81.
16. Pagliaro H, Junqueira C. Recuperação populacional e fecundidade dos Kamaiurá, povo Tupi do Alto Xingu, Brasil Central, 1970-2003. *Saúde Soc*. 2007;16(2):37-47.
17. Dias Júnior CS, Verona APA, Pena JL. Machado-Coelho, GLL. Comportamento reprodutivo das mulheres indígenas: um estudo do povo Krenak, Minas Gerais, Brasil. In: Anais do III Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población. Córdoba, Argentina, 2008.
18. Teixeira P, Brasil MC. Estudo demográfico dos Sateré-Mawé: um exemplo de censo participativo. In: Pagliaro H, Azevedo MM, Santos RV (organizadores). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 135-54.
19. McSweeney K, Arps SA. "Demographic turnaround" The rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Lat Amer Res Rev*. 2005; 40(1):3-29.

**Endereço para correspondência:**

Cláudio Santiago Dias Júnior  
Universidade Federal de Minas Gerais - Departamento de  
Enfermagem Aplicada  
Avenida Alfredo Balena 190, Sala 522  
Centro  
CEP: 30130-100 - Belo Horizonte - Minas Gerais  
E-mail: claudio.austin@gmail.com